

Francisco
Luís
J. Mendes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 70

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na reunião da sessão ordinária de Setembro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e José Carlos da Silva Neves, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, este último no impedimento legal do Secretário eleito, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes e com a presença dos Vogais, Rogério da Silva Leitão, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Carlos Alberto de Jesus Moreira, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, António José Valente, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Tavares Duarte, Fernando Tavares Marques, Manuel Branco Pontes, Amândio Ferreira Canha Júnior e António José Lopes Lobo. .

Pelas 21, 00 Horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Albertino Moreira de Oliveira, ✓ Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, ✓ Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, ✓ Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, ✓ Helder de Oliveira dos Santos Filipe, ✓ Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, ✓ José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt, ✓ Fernando dos Santos Manata, ✓ Manuel Simões Madail, ✓ Fernando Augusto de Oliveira, ✓ Manuel Gaspar Fernandes, ✓ Manuel Arede de Jesus, ✓ Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, ✓

Thurley
Supra
M

Armando Manuel Dinis Vieira, António Norberto da Silva [✓] Ferreira e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Carlos Natividade da Costa Candal, Maria Antónia de Pinho e Melo, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Fernando Augusto de Oliveira e Manuel Simões Madail, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Ainda no uso da palavra o Presidente informou que se seguirá o período regimental de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, para chamar atenção de um aspecto que se vem tornando repetitivo, referindo-se concretamente à falta de pontualidade com que esta Assembleia Municipal vem iniciando o seu funcionamento, pois considera que esta tem ultrapassado largamente o período limite, concedido pelo regimento, o que de forma alguma dignifica esta Assembleia e os seus membros.

Seguidamente congratulou-se pela passagem do aniversário, da instalação da Polícia Judiciária, na cidade de Aveiro e solicitou também a colaboração da Câmara no sentido de promover o arranjo dos logradouros sob o ponto de vista paisagístico, nas Escolas do Concelho, bem como o apoio monetário como até aqui tem sido feito para ocorrer a despesas de aquisição de material didáctico actualizado em substituição de algum material considerado mais que obsoleto, existente ainda em várias Escolas.

Finalmente aludiu à falta de pressão da rede pública de águas, ao seu aspecto, bem como à qualidade bacteriológica da mesma, em determinadas zonas do concelho.

Seguiu-se no uso da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, que começou por apresentar em seu nome pessoal e concerteza em nome de todos os presentes, um voto de pesar e de solidariedade, pelo acidente ocorrido no Sul de Angola, na

F. King
[Signature]

Jamba, e do qual foram protagonistas três Deputados da Assembleia da República Portuguesa, entre os quais, o filho do Presidente da República, o qual se encontra gravemente ferido; - fez votos para que todos os feridos resultantes do acidente se restabeleçam rapidamente.

Abordando seguidamente um assunto relacionado com as carreiras dos S.T.U.A., solicitou para que nas paragens (abrigos) se faça uma identificação tanto quanto possível completa dos horários e dos circuitos, bem como do número do veículo, afim de que os cidadãos possam dispôr de uma informação mais detalhada para poderem optar assim pela carreira que mais lhes convier.

Referiu-se ainda a uma situação de perigo iminente, resultante da Passagem de Nível sem guarda, nas imediações da Escola Preparatória e Secundária de Esgueira, alertou para o perigo que significa para a população estudantil daquela zona e não só, tornando-se urgente que se encetem esforços tendentes a eliminar a situação apontada.

A finalizar leu um comunicado da ACAV, que está relacionado também com Escolas e com o ano lectivo em curso e cujo conteúdo se transcreve:

COMUNICADO

SITUAÇÃO DO INFANTÁRIO

- 1 - Como é do conhecimento dos interessados, a ACAV acordou com a Câmara Municipal de Aveiro e a Direcção Escolar, a transferência do seu Infantário para a tutela daquelas entidades (Vide Boletim Municipal da C.M.A. de Agosto de 89).
- 2 - Até hoje, 28 de Setembro, e após variadíssimas tentativas e contactos com as referidas Entidades, não se verificou:
 - a) A colocação das duas Educadoras de Infância necessárias no Infantário, bem como a Vigilante;
 - b) A recepção de qualquer comunicação escrita sobre o acordo realizado, nem notícia sobre a colocação do pessoal;
- 3 - Temos a promessa da Câmara Municipal de Aveiro, de resolver as questões ligadas ao funcionamento do Infantário;
- 4 - Consequentemente, vamos proceder hoje, 28 de Setembro, à entrega das chaves do Infantário ao Presidente da Câmara Municipal de Aveiro ou ao Vereador seu substituto.
- 5 - Informamos todos os interessados que a partir de 1 de Outubro de 1989, a ACAV deixa definitivamente de ter no seu seio, a Secção de Infantário, conforme resolução da sua Assembleia Ge-

ral. Remetemos por isso os interessados para quem de direita
Aveiro, 28 de Setembro de 1989".

Thiny
4.
[Signature]

A terminar a referida Vogal fez um apelo no sentido de a Câmara envidar esforços para que a situação se ultrapasse.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal António José Valente, para solicitar à Câmara uma recomendação ao Comando da P.S.P., no sentido de que este organismo reveja a situação no tocante à aplicação de multas na Placa de Estacionamento, a norte da Av. Peixinho (junto à Estação da C.P.), pois segundo referiu existem já reclamações dos comerciantes da zona, queixando-se de uma baixa nas vendas, atribuindo esse facto à acção da autoridade policial, pois o receio de serem multados afugenta muitos potenciais clientes.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Carlos Alberto Moreira, e referindo-se à Agrovouga alertou para a situação dos Jovens que manifestam interesse em prestar serviço nos vários "stands" deste certame, os quais esbarram a cada passo com uma série de dificuldades que não lhes permite concretizar esses anseios, obrigando-os por vezes a mover certas influências para concretizarem esses objectivos, considerando este aspecto pouco salutar para o jovem que busca uma ocupação. Entende que devem ser encontrados outros mecanismos que proporcionem aos jovens interessados um mais fácil acesso aos postos de trabalho que são oferecidos durante o certame.

Referindo-se seguidamente à carência de Rádios-Telefones, instalados nos S.T.U.A., considerou que em caso de avaria há manifesta dificuldade em contactar os Serviços respectivos, situação que disse ter tido já oportunidade de constatar e que julga poderia ser resolvida dotando todos os veículos com este tipo de aparelho.

Finalmente e no âmbito do Meio Ambiente, referiu uma situação de poluição provocada por uma empresa fabril de resinas, que torna o ambiente nas zonas de Cabo Luís e Alagôas, insuportável, indo ao ponto de se notar salpicos de resina nas viaturas estacionadas naquelas zonas; alertando o Executivo para o facto.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Jorge Nascimento, expressou a vontade de se associar também à preocupação manifestada pela Vogal Maria Antónia, no que se refere ao aci-

Fering
5.
[Signature]

dente ocorrido na Jamba, com três Deputados da Assembleia da República e manifestar também um voto de solidariedade perante essas pessoas e respectivas famílias.

Seguidamente abordou problemas de trânsito e no que diz respeito à Av. Peixinho, entende que devem ser estudadas soluções no sentido de obstar a que um automobilista que tenha necessidade de fazer inversão de marcha em determinado local da Avenida, não tenha que percorrer toda essa Avenida para efectuar a inversão de marcha, como presentemente acontece. Sugeriu também e a exemplo do que vinha sendo praticado já anteriormente, que na Placa Central da Avenida, fossem criadas condições que permitam o estacionamento de velocípedes com e sem motor.

A terminar e no âmbito da iluminação Pública, apelou para que a Câmara envide esforços junto da E.D.P., para que este organismo desenvolva mais eficazmente a iluminação de zonas carenciadas, quer na cidade, quer nas Freguesias concelhias.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para criticar também a falta de pontualidade no iniciar das sessões da Assembleia Municipal, considerando tal procedimento pouco dignificador da própria Assembleia Municipal. Chamou ainda atenção para o facto de se ter convocado a Assembleia para uma quinta-feira.

No âmbito da toponímia abordou uma questão relacionada com a atribuição do nome do Dr. Álvaro Seíça Neves, a uma artéria da cidade de Aveiro. Referindo que em 87, chamou atenção para o facto de ter sido aprovado em Assembleia e por unanimidade uma proposta para a atribuição do referido nome a uma artéria citadina; tendo sido informado na altura que aquando da última reunião então feita com a Comissão de Toponímia, desconheciam o assunto, pelo que posteriormente o iriam analisar tendo em vista o seu tratamento numa próxima reunião da Comissão de Toponímia. Disse ainda que em 9/o2/88, voltou a ventilar o assunto nesta Assembleia e foi-lhe dito que o caso não estava esquecido e que o mesmo iria a uma próxima reunião da referida Comissão. Na expectativa que essa reunião da Comissão de Toponímia se efectue e embora não possua dados que lhe permitam afirmar que essa reunião tenha acontecido - disse ter tido conhecimento através da Imprensa, que a dita Comissão tinha reunido e deliberado. Por tal facto solicitou à Câmara esclarecimentos quanto a ter sido considerado ou não a posição tomada em tempo nesta Assembleia, no que se refere à atribuição do nome do Dr. Álvaro Neves, a uma Rua da cidade.

Ther...
6
[Signature]

Usando da palavra o Presidente da Assembleia, Encarnação Dias, disse que quanto ao facto de se ter convocado a Assembleia para a quinta feira, nada há previamente disposto que obrigue a que estas se efectuem rigorosamente à terça-feira. Prossequindo referiu que é invariavelmente o primeiro membro desta Assembleia a chegar à Sala das Reuniões, ficando na expectativa que estas de facto se realizem. Informou ainda que em tempo fez-se uma consulta aos membros da Assembleia para se aquilatar de qual o dia que melhor se adequava às disponibilidades dos seus membros para se reunir com "quorum". Fazendo uma retrospectiva do funcionamento desta Assembleia, referiu que tempo houve em que esta reunia às sextas-feiras; no entanto este dia não mereceu o melhor acolhimento dos vários membros, pois para muitos coincidia com o início do fim de semana; a segunda feira também não foi considerado o dia mais conveniente, optou-se então pela terça-feira, que é de facto o dia a que se vem realizando as reuniões, sem que haja contudo disposição legal que obrigue a que seja somente neste dia. Podendo as mesmas funcionar quer à tarde quer à noite, adiantando até que tem sido muitas vezes assediado por Presidentes de Junta, no sentido de que estas tenham lugar à tarde, pois são consideradas na generalidade muito mais rentáveis do ponto de vista dos trabalhos. Finalmente lastimou também chegar à conclusão de que se fosse a cumprir rigidamente o Regimento, esta Assembleia andaria ainda neste momento a discutir o Plano de Actividades.

Seguidamente tomou a palavra o Presidente da Câmara que começou por abordar a problemática relacionada com a falta de pressão na rede pública de águas, referindo que apesar do Verão ir bastante seco e em algumas zonas do País, verificar-se já a carência deste líquido, por enquanto o problema não se faz sentir quer na cidade, quer no concelho e isto resultante em parte das medidas que foram tomadas, nomeadamente algumas adaptações na gestão da água, bem como a coordenação dos furos existentes e ainda o levantamento de alguns autos, em ligações que se veio a verificar serem clandestinas. No que se refere à qualidade da água, disse ser a mesma controlada pela Delegação de Saúde e a informação que possui é de que a mesma não oferece qualquer perigo para a saúde pública - mesmo no tocante à captação de água na zona de Cacia, disse que apesar desta apresentar um aspecto ferroso que é resultante da própria captação, é bacteriológicamente pura; no entanto conclui-se que não serve para lavar, as pessoas reclamam e a solução é desactivar o furo, podendo o mesmo somente ocorrer a

situações de emergência.

Relativamente à questão suscitada pela A
e após tecer algumas considerações sobre o assunto, remeteu as explicações para o Vereador Celso Santos, dado tratar-se de um problema da área deste Vereador.

No âmbito do certame Agrovouga, disse pensar que o mesmo e num futuro próximo deverá ser promovido noutras moldes, isto é, entende que deve funcionar no âmbito de uma Comissão de Feiras, autónoma da Câmara, mas à qual devem ser dados os meios financeiros que lhe permitam uma autonomia concreta, referiu no entanto que essa Comissão que se venha a constituir terá todo o apoio do Município.

Referindo-se seguidamente à questão suscitada pela poluição do meio ambiente nas zonas de Cabo Luís e Alagôas, por resíduos de resinas, esclareceu que este tipo de poluição não é provocado pela Fábrica de Resinas instalada na Estrada de Taboeira; resulta sim de uma fábrica que dá pela denominação social de "Propinave" instalada ela também na Zona Industrial e que exporta um componente à base de resina e que estará provavelmente a provocar esse tipo de poluição. Referiu que o problema já se tinha levantado antes pelas várias indústrias instaladas na zona; contactou-se a referida empresa e esta procedeu à instalação de filtros, tendo o problema ficado sanado; parece no entanto que está novamente activo e como tal a Câmara irá contactar os responsáveis pela empresa, tendo em vista uma rápida resolução do assunto.

No campo da iluminação pública informou que se irá proceder à substituição das lâmpadas actuais por lâmpadas amarelas, substituição que é ditada por razões de ordem económica, pois estas últimas têm um menor consumo de energia, prevendo-se a remodelação total de toda a rede no prazo de ano e meio.

A terminar e referindo-se à questão suscitada pela atribuição do nome do Dr. Álvaro Neves a uma Rua da cidade, o Presidente disse não estar muito dentro do problema, mas que iria informar-se se existe de facto deliberação da Comissão de Toponímia sobre o assunto, pois como referiu não tem ideia de que haja deliberação sobre o mesmo, comprometendo-se a numa próxima reunião dar os esclarecimentos necessários.

Tomando novamente a palavra o Vogal Carlos Jerónimo, começou por referir que dado o âmbito alargado da agenda de trabalhos, por certo esta reunião não terminará hoje, como tal solicitou para que a informação relativa à questão "Álvaro Neves", fosse prestada na próxima reunião, dado que, disse pretender natu-

ralmente manifestar a sua posição quanto ao assunto, nesta Assembleia.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Celso Santos e no âmbito da questão suscitada pelo arranjo dos logradouros das várias Escolas do concelho, considerou que de facto existem algumas que têm os seus logradouros arranjados, outras há no entanto que carecem desses arranjos, esta situação resulta também em parte do maior ou menor interesse manifestado pelos próprios professores dessas Escolas na promoção ou não dessas tarefas.

Informou ainda que a Câmara e os Serviços de Jardinagem se encontram ao dispôr para o que for necessário, devendo as Escolas movimentarem-se no sentido de obterem junto da Câmara as plantas necessárias e mais adequadas para o efeito.

No que se refere à ACAV, existe de facto a impossibilidade financeira de continuar a gerir o Infantário e as duas turmas do Jardim de Infância. Informou também que não há de facto qualquer acordo entre a ACAV e a Câmara Municipal. Quando a ACAV, deliberou em Assembleia Geral, terminar com o funcionamento dos Tempos Livres e do Jardim de Infância, deparaou-se-lhe um problema que era só este - para onde vão as crianças que estão habituadas a frequentar os Tempos Livres e o Jardim de Infância; e quem indemniza o pessoal que ali presta serviço. A Câmara ficou preocupada com estes problemas e promoveu uma reunião com representantes da ACAV, e do Hospital, que entretanto também encerrou o seu Jardim de Infância, representantes da Direcção-Escolar, Direcção Regional de Educação e Segurança Social, no sentido de se encontrarem soluções para o problema que se levantava. Relativamente à ACAV foi tomada uma decisão e a aceitação por parte dos Serviços Escolares das duas turmas do Jardim de Infância, as quais passarão para a dependência do Ministério da Educação, cabendo à Câmara colocar as Salas disponíveis para o efeito, bem como apoio em material didáctico, cabendo a colocação do respectivo pessoal ao Ministério da Educação. Portanto esta decisão foi tomada e só não foi posta em prática ainda, porque o Ministério da Educação não colocou ainda as duas Educadoras. Relativamente ao Infantário dado que a Câmara não tinha responsabilidade directa, não dispunha de instalações e não podia arcar também com o encargo do pessoal que nele trabalha, combinou com a ACAV, manter os tempos livres por mais um ano na expectativa de promover uma reunião com a Segurança Social e a Câmara Municipal, disponibilizar uma instalação e conseqüente apoio por parte da Segurança Social.

No que se refere ao Hospital oficiou-se ao Ministério no sentido de que mantivessem todos esses Serviços por mais um ano, dado que a Câmara não tinha qualquer possibilidade de resol-

ver o problema. Neste momento a ACAV confronta-se com falta de meios financeiros e naturalmente que pressiona a Câmara Municipal no sentido desta lhe disponibilizar verba para indemnizar o pessoal que vai dispensar. Há no entanto informação de que o problema do pessoal vinculado, está solucionado, aguardando-se que o Ministério envide esforços tendentes a desbloquear a situação no que se refere também ao pessoal não vinculado à função pública.

Terminado o período de antes da ordem do dia passou-se à apreciação da ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS: - PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO
DO PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o Presidente da Câmara, disse colocar-se à disposição da Assembleia para qualquer assunto que esta tenha em dúvida, pretendendo com esta medida evitar uma eventual repetição daquilo que aconteceu há um ano ou dois meses. Disse no entanto que abordaria três questões; nomeadamente a que se refere ao núcleo habitacional de Santiago, dado que se começa a verificar já a conclusão dos edifícios, trata-se de edifícios que aparecem com uma concepção e côr diferentes dos já existentes, têm sido bem aceites, pois as pessoas acham de facto que estão com boa imagem. Relativamente ao empreendimento das Piscinas, situadas na mesma zona, informou que a Piscina de vinte e cinco metros está parada por falta de pagamento da DGOT ao adjudicatário da obra. Informou também que foi lançado o concurso para a construção do novo Mercado Municipal nesta área da cidade.

No âmbito da recuperação do antigo edifício de "Jerónimo Pereira Campos" esclareceu que foram apreciadas as propostas, trata-se de um processo extremamente moroso, espera no entanto que todos os problemas relacionados com o mesmo sejam ultrapassados a breve trecho, tendo em vista o início das obras.

Relativamente aos trabalhos da Avenida Central, referiu algum atraso nos mesmos resultante de problemas de expropriações, estando-se a diligenciar no sentido de se ultrapassar a situação. Finalmente informou do arranque das obras para a instalação da nova Sede da Junta de Freguesia de S. Bernardo, que englobará também a Sede da Sociedade Recreativa de Santa Cecília, dando nota também das dificuldades em negociar o terreno para o efeito. Em complemento comunicou também a promoção do concurso para o arranque da construção do Pavilhão Desportivo do S. Bernardo, velha aspiração da Freguesia a qual será concretizada muito brevemente.

Fernando
10.
[Handwritten signature]

brevemente.

Seguiram-se breves pedidos de esclarecimento que foram na oportunidade respondidos pelo Presidente da Câmara, posto o que imediatamente a seguir usou da palavra o Vereador Victor Silva e relativamente aos Serviços Municipalizados começou por informar que está praticamente concluída a Rede de Águas, na zona de Cacia, está em bom andamento a Estação de Tratamento de Santiago, prevendo-se a sua conclusão dentro de três a quatro meses. A Estação de Tratamento de Esgueira já está definida, tendo também o estudo prévio concluído; no que se refere aos Transportes Colectivos informou que todos os motoristas dispõem de Rádio, para poderem comunicar com a Central, em caso de avaria.

Imediatamente a seguir tomou a palavra o Vereador Celso Santos, que informou que as obras para a construção da Nova Biblioteca Municipal terão o seu início brevemente, dado que a obra já foi adjudicada à firma ZEUS - Sociedade de Construções Cívicas, Lda.

Terminada a comunicação do Presidente, passou-se à apreciação do ponto seguinte:

PONTO Nº 2 - DERRAMA

Deliberação da reunião de Câmara de 11.09.89:-
"DERRAMA: - Foi deliberado, por unanimidade, de acordo com o nº 1 do Artº 5º da Lei nº 1/87, de 6 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei nº 470-B/88, de 19 de Dezembro, propôr o lançamento de derrama da percentagem de dez por cento, a incidir sobre a colecta do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC), relativa ao rendimento gerado na área de todo o concelho, com vista à realização das seguintes obras: Estação de Tratamento de Esgueira; Obras de Saneamento em Vilar e Conclusão da Avenida Central.

A presente deliberação carece da aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais".

Usou da palavra o Presidente da Câmara, que começou por referir que este ano há uma variante na derrama; como é sabido até aqui a derrama normalmente applicava-se sobre a Contribuição Industrial e sobre a Contribuição Predial. Este ano a mesma incidirá somente sobre o IRC, o que consequentemente irá provocar uma baixa nos montantes arrecadados até aqui com a derrama, no entanto esta quebra será compensada com o Imposto Predial Autárquico.

Neste momento tomou a palavra a Vogal Maria Antónia, para manifestar a sua estranheza quanto ao facto de que venha haver uma quebra na receita da derrama, uma vez que considera que o IRC engloba os rendimentos das Indústrias, das Sociedades, das Empresas etc., os quais serão por certo impostos muito mais elevados do que o das Prediais; por tal facto, disse julgar que não haverá uma baixa na receita da derrama.

Usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, que disse entender que estaria no espírito do legislador que as derramas devem ser usadas para ocorrer a situações de calamidade pública; não vendo no momento actual que tal facto se tenha verificado. Compreenderia por outro lado que o lançamento de uma obra repentina motivasse o recurso a verbas, acontece porém que as obras apontadas estão no Plano de Actividades e como tal esta razão deixa de ser válida também, por conseguinte disse que iria ponderar o sentido do seu voto.

Tomando a palavra o Presidente da Câmara esclareceu que a Derrama, não é para ocorrer a situações de força maior. A própria lei anterior refere - "obras consideradas de carácter urgente". Enquanto que a nova lei nada refere neste capítulo. Daí se conclue que a derrama pode ser applicada em qualquer obra - obviamente que tem que estar no Plano de Actividades.

Usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que começou por referir que tem votado sempre favoravelmente a derrama, e por conseguinte mais do que nunca este ano o fará novamente, pois considerando tratar-se de um ano de eleições, entende que não se deve cercear à próxima Câmara, qualquer que seja o seu cariz político, os meios de que esta dispõe quanto aos 10% da derrama. No próximo ano considera que esta Assembleia poderá já votar contra por discordar da acção da Câmara que então nessa altura já terá uma actividade em exercício; este ano é um ano de eleições e como tal disse pensar que irá votar favoravelmente, pelas razões atrás aduzidas.

Priny
12.
[Signature]

Imediatamente a seguir o Presidente da Assembleia submeteu à votação o PONTO Nº 2 - DERRAMA, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

Seguidamente a Mesa propôs à Assembleia a troca do Ponto nº 3 - Aquisições e Alienações, da ordem de trabalhos, pelo Ponto nº 4 - Empreitadas e Fornecimentos, uma vez que ainda não há documentação para se poder analisar o referido ponto, tendo a Assembleia por consenso admitido a referida troca.

PONTO Nº 4 - EMPREITADAS E FORNECIMENTOS

Deliberação da reunião de Câmara de 4.09.89:-
"RECINTO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES-ELECTRIFICAÇÃO DO PAVILHÃO: - Tendo em vista a informação técnica prestada pelos Serviços Municipais competentes, segundo a qual após consulta efectuada a três empresas da especialidade unicamente a Firma CUNHA & QUEIRÓS - Comércio de Material Eléctrico, Lda, mostrou disponibilidade para a execução da obra de electrificação do Pavilhão do Recinto de Feiras e Exposições até à abertura da Agrovouga - próximo dia 9 - o que se torna absolutamente imprescindível para a realização do certame, a Câmara deliberou, por unanimidade, dispensar por este motivo o concurso limitado e adjudicar por ajuste directo e pela quantia de quinhentos mil escudos acrescida de IVA, à mencionada Firma CUNHA & QUEIRÓS, a execução das necessárias obras de electrificação.

A presente deliberação deverá ser submetida à consideração da Assembleia Municipal nos termos legais, à qual deverá também ser solicitada a dispensa de contrato escrito".

Deliberação da reunião de Câmara de 14.08.89:-
- "LANCHA SANTA JOANA PRINCESA-REPARAÇÃO: - A Câmara tomou conhecimento de uma informação prestada pelo Encarregado Geral, dando nota da avaria verificada na lancha Santa Joana Princesa e dos contactos já efectuados junto das casas da especialidade com vista à

Alcides
13
Alcides

sua reparação. Mais informa, que a única que se mostrou disponível para a execução imediata das necessárias reparações, foi a NAVALRIA Empresa que considera idónea para o efeito.

Considerando a enorme falta que aquela embarcação faz, mormente por estar em pleno Verão e, por conseguinte, haverem já inúmeras marcações para passeios Turísticos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar o orçamento apresentado por aquela Empresa da quantia total de setecentos e quarenta e um mil cento e quarenta e um escudos e adjudicar-lhe por ajuste directo e pela mencionada quantia, as reparações necessárias, devendo a presente deliberação ser submetida à consideração da Assembleia Municipal, com vista à dispensa do contrato escrito".

Usou da palavra a Chefe de Divisão, Rosa Maria Pires, para fazer apresentação das referidas propostas de acordo com as deliberações transcritas e com vista à dispensa do contrato escrito.

Tomando a palavra o Vogal Carlos Jerónimo, começou por referir que em relação à proposta para a iluminação do Pavilhão do Recinto de Feiras, nada ter a observar, já não acontecendo o mesmo relativamente à proposta para a reparação da Lancha. E isto porque as justificações que são dadas quanto à urgência na reparação da lancha não jogam com as datas do orçamento apresentado pela firma em causa. Há um orçamento da firma que se propõe efectuar a reparação com data de 14.06.89, para uma avaria que se tinha registado; este orçamento entra na Câmara em 17.07.89 e a deliberação de Câmara alegando urgência na reparação é de 14.08.89; constatando ainda através do mesmo documento que a reparação é feita de 25.04.89 a 04.05.89. Considerando a situação anómala, solicitou esclarecimentos.

Retomando a palavra a Chefe de Divisão, Rosa Maria Pires, esclareceu que a data de 17.07.89, trata-se de uma data de conferência pelos Armazéns Gerais, portando existe aqui um lapso de tempo grande; entretanto os Armazéns Gerais, quando fazem a conferência da factura remetem a mesma aos Serviços de Contabilidade; estes serviços face ao montante da factura e por imposição legal, remetem a mesma ao parecer da Assembleia Municipal, afim de ser considerado o ajuste directo e a dispensa do contrato

escrito. Portanto há de facto um lapso de tempo grande que medeia a reparação, a deliberação de Câmara e o baixar à consideração da Assembleia, tratando-se ao fim e ao cabo de uma situação resultante de todo um circuito burocrático.

Retomando a palavra o Vogal Carlos Jerónimo, disse compreender que por vezes hajam certas lacunas como as que foram referidas, no entanto e face aos dados da factura considerou que as justificações apresentadas na deliberação de Câmara não têm grande cabimento. Em suma referiu que o que está em causa é um certo exagero em termos de demora na apreciação pela Assembleia Municipal da referida deliberação.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Artur Lobo que esclareceu o seguinte: - a Junta de Freguesia da Vera-Cruz, requisitou a referida Lancha à Câmara Municipal, em Junho, para o Passeio da Terceira Idade e foi-lhe informado que esta encontrava-se ainda em reparação. Deprendendo-se daqui que a entrada na plataforma em 25.04.89 e a saída da plataforma em 04.05.89, não é de facto a data de conclusão da reparação da lancha; pois esta continuou a ser reparada mesmo depois de ter saído da plataforma para a água, referiu.

Seguidamente o Presidente da Assembleia submeteu à votação a primeira proposta do Ponto nº 4 - Empreitadas e Fornecimentos - Recinto de Feiras de Exposições-Electrificação do Pavilhão, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

Segunda proposta, Lancha Santa Joana Princesa, submetida à votação pelo Presidente da Assembleia, veio a merecer aprovação por dezoito votos a favor e uma abstenção.

Dado o adiantado da hora o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram: 24,00 Horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

Tracção

J. Mendonça